

Uma lista com 77 nomes de medicamentos não recomendados ao consumo provocou polêmica nacional. A triste situação do Nordeste, que conta com apenas 69 pessoas do Ministério da Saúde para o setor



O Nordeste tem apenas 17 sanitaristas

Na região Nordeste, excluindo o Maranhão, o Ministério da Saúde tem, em seus quadros, um dentista, treze enfermeiras e 17 médicos sanitaristas, apenas um deles com curso de mestrado. Ao todo conta com 69 pessoas de nível superior, 65 por cento de mais de 50 anos de idade, e a maioria desinteressada por sua atividade: coordenar e supervisionar os programas das secretarias de Saúde estaduais. O Ceará tem oito daqueles médicos, mas o Piauí, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, nenhum.

Cada médico recebe, por mês, Cr\$ 9 mil, mas, segundo o coordenador de saúde do Nordeste, Joaquim de Castro, as três delegacias federais de saúde — localizadas em Pernambuco, Ceará e Bahia — são culpadas pelo maior problema da região: falta de supervisão e acompanhamento dos programas. As secretarias deixaram de aplicar, até por três anos seguidos, a totalidade das verbas. E todo o pessoal de nível superior trabalha em tempo parcial.

Segundo uma pesquisa realizada pela coordenadoria, todos os médicos e assistentes

sociais dão, no máximo, seis horas de trabalho diárias. Apenas 23 por cento dos médicos estão interessados pelo serviço que realizam para o Ministério, enquanto 86 por cento deles têm boa saúde física e mental. Contam inclusive que, numa das unidades, existe um médico que chega a fugir ou trancar-se no banheiro quando da visita de uma autoridade. Já os dentistas, num quadro demonstrativo apresentado, apareciam com plena saúde e interesse por suas tarefas. Um exame mais apurado demonstra que a região só tem um destes profissionais, no Ceará.

Ressalvando que a realidade está sendo alterada, Joaquim de Castro informou que, as delegacias contavam com um total de 32 servidores, dentre os quais pedreiros, carpinteiros, costureiras, parteiras, ferreiro, e até um capataz rural. Ele explicou que atualmente são 239 funcionários, nos oito estados que compreende a área de atuação. Essa redução deu-se em virtude da aplicação do Plano de Classificação de Cargos, que obrigou muitos a pedirem demissão.

Desinteresse começa com baixos salários

Os baixos salários oferecidos aos médicos e enfermeiras que trabalham nos programas de interiorização das ações de saúde e saneamento no Nordeste são alguns dos problemas enfrentados pela Coordenadoria de Saúde daquela área do país, no desenvolvimento de seus trabalhos.

A afirmação foi feita, em Brasília, por técnicos do Ministério da Saúde, durante a reunião de avaliação do desempenho daquele órgão ministerial no Nordeste brasileiro. Segundo o próprio ministro Almeida Machado, as dificuldades na implantação daqueles programas se concentram principalmente na conhecida pobreza dos órgãos estaduais de saúde situados naquela região.

Entretanto, Almeida Machado frisou ainda que as Coordenadorias de Saúde não são órgãos poderosos como a Fundação de Serviços de Saúde Pública — FSSP, por exemplo, e que é a primeira vez que se trata do assunto a nível regional. O ministro da Saúde considerou também que os trabalhos executados até o momento pela Coordenadoria de Saúde do Nordeste, foram bons, apesar das condições e recursos ainda deficientes.

Conforme explicou o coordenador de Saúde do Nordeste, Joaquim de Castro Leite, dos recursos gastos em saúde naquela região apenas 16 por cento são de origem estadual. Cerca de 59 por cento daqueles recursos originam-se, do Governo federal e o restante são de outras fontes, inclusive municipais. Por outro lado, de 22 médicos que trabalham na área de influência daquela coordenadoria, somente cinco mostraram-se interessados pelos serviços desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, após um levantamento efetuado nas três delegacias regionais de saúde. E apenas três deles possuem o curso de capacitação em saúde pública.

Dentro do programa de interiorização das ações de saúde e saneamento que foi

desenvolvido a princípio nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, as secretarias de Saúde daqueles estados, juntamente com os técnicos do Ministério da Saúde, chegaram à conclusão de que aquelas secretarias não se encontram devidamente aparelhadas para as responsabilidades de implantação do programa, principalmente tendo em vista os baixos salários oferecidos. Por outro lado eles afirmaram também que há uma necessidade de assistência permanente do Ministério da Saúde ao desenvolvimento do programa.

No Rio Grande do Norte o programa já atingiu 37 municípios dos 150 existentes naquele Estado. Segundo afirmam técnicos do Ministério da Saúde, até o final deste ano mais 10 municípios deverão ser incluídos no programa de interiorização das ações de saúde e saneamento. Convém lembrar que a população do Rio Grande do Norte é estimada em 1.913.300 habitantes e que a metade vive nas zonas rurais. Conforme se informou ainda, apenas cinco por cento do total da população rural daquele Estado já foi beneficiada com a implantação do programa, tendo sido instalados 64 minipostos de saúde para prestar assistência materno-infantil, socorros de urgência aos trabalhadores rurais, o controle das doenças transmissíveis e outros serviços de saúde.

Segundo se informou também, um médico contratado para prestar serviços num regime de 20 horas semanais naquela área, está recebendo um salário de Cr\$ 1.200,00, considerado insuficiente. No Ceará, até o 1º semestre deste ano somente cinco municípios foram abrangidos pelo programa. Aquele Estado tem 141 municípios e uma população rural de 2.990.700 habitantes. Lá, médicos e enfermeiras também recebem baixos salários, o que vem dificultar bastante o desenvolvimento do programa.